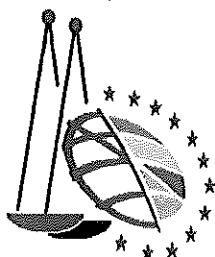


Filipa Riacho

De: Maria Da Conceição Marques Mendes [4736@solicitador.net]
Enviado: sexta-feira, 13 de maio de 2016 16:08
Para: CAAJ - Correio Oficial
Assunto: sugestão - Aviso 5523-A/2016
Anexos: bizhub_C25_160513151127_0001.pdf

Ex.mos srs

Serve o presente, para envio da minha sugestão, relativamente ao aviso em assunto, pelo que segue em anexo.



Com melhores cumprimentos,

Maria Conceição Marques Mendes

Solicitadora – Agente de Execução

Rua 5 de Outubro, 34-1º
6230-341 Fundão

Telf 275 753 976
Fax 275 084 752
Telm 964053047
Email: 4736@solicitador.net

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Entrada / 14.º

Processo N.º

Data 13/05/2016

Uma das preocupações dos agentes de execução está relacionada com a diminuição das ações executivas ou por outro lado a concentração das mesmas, em somente em alguns agentes de execução.

A nomeação/indicação do agente de execução pode criar disputas entre os agentes de execução e uma dependência entre os exequentes/mandatários e os agentes de execução.

Pode-se assim, assistir ao estabelecimento de “acordos” informais entre mandatários e exequentes e agentes de execução, fechando o mercado e criando um espírito de desconfiança entre colegas, acabando por colocar em causa as relações entre colegas e outros que diretamente trabalhem nesta área.

Poderá o agente de execução ter a tendência de “agradar” o mais que puder aos mandatários/exequentes, no sentido de que estes o indiquem em futuros processos, podendo mesmo o exequente fazer pressão sobre o modo de operar do agente de execução.

Isto arriscará criar uma atmosfera de dependência entre o agente de execução e o exequente/mandatário, que em muito, pode por em causa a dignidade e seriedade do trabalho do agente de execução.

Claramente, que em termos deontológicos a atividade acaba também por poder ficar condenada.

Mesmo com reforço profissionalismo que impendem sobre os agentes de execução, esta liberdade do exequente poder indicar/nomear o agente de execução, tenderá a que o agente de execução possa descuidar o cumprimento de alguns deveres legais e ser levado a agir com menor imparcialidade.

Na minha humilde opinião, a nomeação/indicação do agente de execução por parte do exequente poderá colocar “pressão” e poderá prejudicar a isenção do agente de execução. Com a atuação do agente de execução, no sentido de não “decepcionar” o exequente, poderá ficar prejudicado o dever primordial do agente de execução ou seja, a isenção e a imparcialidade.

A nomeação/ indicação do Agente de Execução poderá colocar em causa os direitos de defesa do executado, bem como se levanta a inconstitucionalidade dessa liberdade, por violação do Princípio da reserva de jurisdição. (cfr., por exemplo, os art.ºs 1º, 2º, 3º, 9º, alínea b), 13º, 16º, 17º, 20º e 202º e seguintes da Constituição da República Portuguesa).

Em suma, na minha modesta opinião, entendo que a solução para atingir a igualdade e garantir a isenção e a imparcialidade dos agentes de execução, passa pela competência territorial e distribuição.

Maria Conceição Marques Mendes

Agente de execução cédula 4736

